

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 455, de 1.999

Proíbe divulgação na imprensa dos nomes de devedores inadimplentes antes de sentença judicial e dá outras providências.

Autor: Deputado Enio Bacci

Relator: Deputado Celso Russomanno

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 455, de 1999, de autoria do nobre Deputado Enio Bacci, acrescenta parágrafo segundo ao art. 42 do Código de Defesa do Consumidor para que seja vedada a divulgação do nome do consumidor inadimplente em órgão de imprensa até que haja decisão judicial sobre a questão.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, analisar a questão no que tange à defesa do consumidor e às relações de consumo.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto em comento visa complementar o já disposto no Código de Defesa do Consumidor – CDC - no que diz respeito a exposição do consumidor inadimplente por ocasião da cobrança da dívida.

Obviamente, só podemos ser favoráveis ao mandamento legal e seu maior esclarecimento através de novo dispositivo que visa complementá-lo.

No entanto, oferecemos Substitutivo ao projeto em comento, no sentido aprimorar a redação do novo parágrafo, esclarecendo que será proibida a divulgação no caso de a questão estar sendo discutida em juízo e até o trânsito em julgado da ação, e, em complemento, alterar o art. 71 do CDC que determina penalidade no caso de infração do que dispõe o art. 42 que está sendo alterado.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 455, de 1999, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Celso Russomanno
Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 455, de 1.999

Proíbe divulgação na imprensa dos nomes de devedores inadimplentes antes de sentença judicial e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 2º O art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo segundo:

“Art. 42

§ 2º É proibida a divulgação do nome do consumidor inadimplente em órgão de imprensa e sua inclusão em qualquer banco de dados de consumo ou serviço de proteção ao crédito, se a dívida não paga estiver sendo discutida em juízo, até o trânsito em julgado da ação.”.

Art. 3º O art. 71 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 71 Utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento, inclusive publicidade, que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer:

Pena Detenção de três meses a um ano e multa.”.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2004.

Deputado Celso Russomanno
Relator